

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO SR. ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO, DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG

Ref: Processo Licitatório nº 90/2021

Pregão Presencial nº 69/2021

CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.295.031/0001-33, com sede à Av. Nicomedes Alves Santos, 1133, Sala 01, Bairro Altamira, Uberlândia – MG (Doc. 01) vem, por meio de sua representante legal, interpor, tempestivamente¹,

MEMORIAIS DE RECURSO ADMINISTRATIVO

requerendo a reconsideração da decisão exarada pelo pregoeiro, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I. SÍNTESE DA LICITAÇÃO

1. Trata-se de Processo Licitatório nº 90/2021, Pregão Presencial nº 69/2021, do tipo menor preço global, que tem por objeto:

Objeto: Refere-se à contratação de **empresa especializada** para a prestação de serviços de apuração do VAF - Valor Adicionado Fiscal, junto a Secretaria Municipal de Fazenda e demais órgãos da Secretaria de Estado da Fazenda, coleta de dados dos produtores rurais e informações das empresas jurídicas, solicitado pela Secretaria Municipal de Fazenda, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo – MG, para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

¹ Considerando que o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 12.1 do Edital, e a forma de contagem excluindo dia de início e incluindo dia do vencimento prevista no item 19.9 do Edital, tem-se que o prazo para apresentar memoriais iniciou-se em **16.08.2021** (segunda-feira) findar-se-á em **18.08.2021** (quarta-feira), sendo, portanto, tempestiva a presente interposição.

2. Para tanto, o item 4.1 do Edital prevê que **o valor estimado dos serviços de que trata a licitação é de R\$ 78.399,96 (setenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).**

3. Em sessão presencial ocorrida em 13.08.2021 a empresa **VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA ME, foi declarada vencedora**, conforme ata lavrada, por ofertar a menor proposta, ainda que manifestamente inexecutável e sem atender requisitos de habilitação para participar do certame.

4. Em atenção ao item 12.1 do Edital, a Manifestante interpôs recurso, motivadamente, ao final da sessão, com o devido registro em ata, oportunidade na qual apontou as seguintes razões:

- (i) A empresa VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, declarada vencedora, bem como a empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA, **não são especializadas nos serviços contemplados por esta Licitação**, uma vez desenvolvem atividade incompatível com os serviços licitados, conforme CNAE informado no cartão CNPJ;
- (ii) As propostas apresentadas pelas empresas VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA e RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA são manifestamente INEXEQUÍVEIS, por refletirem valores muito abaixo do valor estimado do edital, do valor de mercado, e, inclusive, abaixo da remuneração básica de um contabilista; e
- (iii) Na DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, o licitante declarado vencedor apresentou atestados de capacidade técnica sem reconhecimento de firma, o que impossibilita à equipe de licitação checar a veracidade do documento.

5. O recurso apresentado é tempestivo e fundamentado nas exigências do instrumento convocatório e legislações regentes de licitação, aos quais a Administração Pública está estritamente vinculada e deve obediência, sob pena convalidar ato ilegal o que poderia atrair a devida correção pelos órgãos de Controle Tribunal de Contas, bem como passível de modificação pelo Poder Judiciário.

6. A decisão de **declaração de vencedora deverá ser reconsiderada, por completa desconformidade das exigências do Edital, Lei de Licitações e Jurisprudência mais assertiva sobre a matéria**, consoante será demonstrado.

II. PRELIMINAR – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, IMPESSOALIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

7. Inicialmente, há que esclarecer que a Recorrente possui direito líquido e certo de participar da licitação em condição de igualdade com a concorrência, devendo ser preservado o tratamento isonômico e objetivo aos licitantes, conforme assegurado pela legislação.

8. Seja qual for a modalidade adotada pela Administração Pública para contratação de prestador de serviços, deve-se **garantir a observância da isonomia, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo**, previstos expressamente no art. 3º da Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em **estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade**, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.

9. O art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93 impõe que a Administração Pública conduza o processo licitatório de forma estritamente vinculada ao Edital, não podendo relativizar as exigências contidas no instrumento convocatório:

Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

10. Isto quer dizer que o Edital faz lei entre as partes. Logo, a legislação do processo licitatório garante e assegura o caráter competitivo, sendo vedado quaisquer privilégios a qualquer dos licitantes, não podendo a administração pública flexibilizar uma previsão contida no Edital para dispensar exigências e conceder privilégios a outro licitante.

11. Assim, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), os licitantes ficam obrigados a apresentarem documentação que atenda todas as condições estabelecidas no Edital, sob pena de violação a isonomia e concorrência em relação aos demais licitantes.

III. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS NÃO ESPECIALIZADAS NOS SERVIÇOS LICITADOS - EDITAL EXIGE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA TRIBUTÁRIA E CONTÁBIL

12. Primeiramente, é importante destacar que a presente Licitação visa a contratação de empresa especializada para apuração do VAF – Valor Adicionado Fiscal, conforme objeto do pregão.

13. Entretanto, **para comprovar a pertinência das atividades da empresa licitante com o serviço licitado é imprescindível que as atividades desenvolvidas pela licitante estejam cadastradas em seu cartão CNPJ, por meio de CNAEs compatíveis com o serviço licitado, sob pena de contratação de empresa que não possui técnica e expertise necessária e suficiente para garantir a qualidade e regularidade do serviço a ser prestado.**

14. A contratação de empresa que não possua CNAE compatível com o objeto do certame viola inclusive a moralidade administrativa, uma vez que: (i) ou se trata de empresa que realiza atividade alheia a que se pretende contratar, violando a exigência de empresa especializada; (ii) ou se trata de licitante com informações falsas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e que por isso, sequer é classificada no âmbito tributário de modo igual às licitantes que prestaram as informações corretas à Receita Federal, violando manifestamente a moralidade e isonomia.

15. O exercício de atividade diversa daquelas constantes do cadastro CNPJ caracteriza nítido desvio de finalidade da pessoa jurídica, espécie de abuso da personalidade jurídica, que fica sujeita inclusive às consequências do art. 50 do Código Civil, podendo ocasionar a desconsideração da personalidade jurídica:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

16. Além disso, é importante salientar que **o serviço de apuração do VAF possui natureza de consultoria e auditoria contábil e tributária**, atividade cadastrada no CNAE sob o nº 6920.6/02, não havendo classificação diversa e mais específica pertinente à atividade:

Hierarquia

Seção:	M ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
Divisão:	69 ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA
Grupo:	69.2 Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária
Classe:	69.20-6 Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária
Subclasse:	6920-6/02 Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

17. Ocorre que a empresa declarada vencedora, embora tenha em sua razão social a denominação VAF ASSESSORIA está inscrita no CNAE de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, e, secundariamente, serviços de escritório e apoio administrativo:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.506.109/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/04/2008
NOME EMPRESARIAL VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada		

18. De modo algum os referidos serviços de natureza meramente de escritório e apoio administrativo englobam serviços de consultoria e assessoria na área fiscal tributária, como pretende a Administração, **não sendo permitido que desempenhe atividade empresarial de auditoria fiscal, tendo em vista que tais atividades devem ser prestadas por empresa composta por equipe multidisciplinar.**

19. O fato da licitante acima indicada não possuir CNAE compatível com atividades na área tributária e contábil, **MUITO PROVAVELMENTE INDICA QUE REFERIDA EMPRESA NÃO POSSUI OS PROFISSIONAIS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DE TAL FUNÇÃO, OU AINDA, QUE REFERIDA EMPRESA NÃO PRESTA TAIS SERVIÇOS.**

20. Referido vício também acomete a empresa **RJ Gestão em Negócios**, a qual não possui previsão de prestação de serviços de consultoria e auditoria fiscal e tributária no cadastro CNPJ:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.111.069/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/06/2006
NOME EMPRESARIAL RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RJ GESTAO EM NEGOCIOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		

21. Dessa forma, tendo em vista que o registro na CNAE é condicionante para delimitar o ramo de atividade desenvolvida pelas empresas, não há como considerar tais empresas como aptas a participarem desta Licitação, razão pela qual deve ser reformada a decisão que credenciou tais empresas ao processo licitatório, sob pena de se violar exigência do Edital, bem como princípios fundamentais da administração pública.

IV. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A VERACIDADE DE SUPOSTO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA SEM RECONHECIMENTO DE FIRMA – DOCUMENTO QUE DEVE SER DESCONSIDERADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

22. Com a finalidade de satisfazer a qualificação técnica necessária à habilitação da empresa, a licitante VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA apresentou suposto atestado de capacidade técnica que teria sido emitido pelo Município de Estrela do Sul, todavia como tal documento não possui reconhecimento de firma, não se pode aferir a veracidade e a validade do documento, o qual deve ser desconsiderado pela Administração Pública.

23. Ressalta-se que apresentação de documento em processo licitatório, para ser acolhido como documento idôneo e hábil a comprovar capacidade técnica da licitante, é logicamente

indispensável o reconhecimento de firma do signatário, tendo em vista que não foi apresentado qualquer documento de identificação deste, logo para aferir a veracidade da suposta identidade do signatário e regularidade do documento emitido, deveria a licitante ter apresentado atestado com firma reconhecida, cópia autenticada do atestado original com firma reconhecida, ou ainda documento de identificação do signatário, ou cópia deste.

24. Dessa forma, **considerando que a empresa não apresentou documento hábil e idôneo que comprove capacidade técnica conforme exigido pelo edital, deve ser reformada a decisão ora recorrida para anular sua habilitação no certame.**

V. PROPOSTAS EM PREÇOS INEXEQUÍVEIS – VALORES MUITO ABAIXO DO VALOR ESTIMADO DO EDITAL E VALOR DE MERCADO

25. Por fim, as propostas ofertadas pelas empresas VAF e RJ se mostram manifestamente inexecutáveis. Para chegar a tal conclusão, basta considerar que esta Prefeitura estimou o valor geral de **R\$ 78.399,96**, de forma que o valor estimado por item é de **R\$ 6.533,33**.

26. O art. 48 da Lei 8.666 disciplina a inexecutabilidade de preços ofertados em licitações além de trazer importantes parâmetros para a matéria:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - **propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecutáveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração.

27. Assim, percebe-se que pelos parâmetros legais, o menor preço válido para a presente licitação seria de: (i) **R\$ 3.800,00**, nos termos do art. 48, § 1º, a; ou (ii) **4.573,33**, conforme art. 48, § 1º, b.

28. Logo, o valor da proposta da licitante VAF, qual seja, de **R\$ 1.850,00**, pouco acima do salário mínimo vigente, está muito abaixo do valor do edital e dos valores praticados em mercado, sendo flagrantemente inexecutável, tendo em vista que não remunera empresa especializada com equipe profissional multidisciplinar para desenvolvimento dos serviços de natureza tributária e contábil.

29. Por conseguinte, há que se desqualificar as propostas inexecutáveis, conforme precedentes do Poder Judiciário:

Assim, não há que se falar em formalismo ou ausência de razoabilidade na decisão administrativa, que apenas cumpriu a lei ao **excluir do certame um participante que não teria condições de cumprir o contrato com preço muito abaixo do que normalmente é praticado no mercado.**

TRF-2 - Apelação AC 00039769420104025101 RJ 0003976-94.2010.4.02.5101 (TRF-2)
Data de publicação: 28/04/2016

Aplicando-se a fórmula de cálculo estabelecida no art. 48, § 1º, resulta o valor mínimo de R\$ 90.912,53 (noventa mil, novecentos e doze reais, cinquenta e três centavos), **abaixo do que se presume a inexecutabilidade, sendo de rigor a desclassificação da proposta com valor aquém desse patamar, que é o caso da empresa declarada vencedora.**

Na hipótese, o salário base/hora para os profissionais geólogos abaixo do piso salarial também demonstra a impossibilidade de se conciliar os custos estimados e os que serão exigidos para consecução do objeto licitado.

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA (REOMS) REOMS 00417727820144013300 (TRF-1) Data de publicação: 14/11/2018

A licitação é o procedimento administrativo que visa assegurar o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o erário. Por outro lado, o edital é a lei específica da licitação e vincula tanto os licitantes como a Administração Pública que o expediu.

A Lei nº 8.666, de 1993, dispõe que serão desclassificadas as propostas com preços manifestamente inexecutáveis. E, de acordo com o edital do Pregão Eletrônico nº 53/2018, o licitante é responsável pelas transações efetuadas em seu nome, cabendo ao pregoeiro verificar as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital

TJ-MG - Mandado de Segurança MS 10000181320086000 MG (TJ-MG) Data de publicação: 11/03/2020

30. No caso, os serviços licitados demandam **atividades técnico-profissionais na área tributária e contábil**, sendo que o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (CRC/MG) divulgou em sua tabela de salários de cargos efetivos (Anexo VIII do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais) que **o valor mínimo para o profissional técnico varia entre R\$ 2.728,00 a R\$ 19.197,00**, conforme consta do Portal Eletrônico daquele Conselho².

² Documento disponível pelo link <https://www.crcmg.org.br/media/doc/legislacao/150.pdf>.

31. Portanto, considerando que as licitantes VAF e RJ ofereceram lances muito abaixo dos valores estimados do próprio edital, bem como dos valores mínimos de remuneração para os profissionais da área, conclui-se que as propostas são manifestamente inexequíveis para o objeto licitado, em desacordo com a Lei nº 8.666/93, razão pela qual sua proposta deve ser desclassificada e, conseqüentemente, reformada a decisão para determinar a inabilitação da VAF do processo licitatório.

IV. PEDIDOS

32. Por todo o exposto, para transparência do certame, decisões fundamentadas no instrumento convocatório e na legislação de regência, requer que o presente recurso interposto:

- a) Seja recebido e processado, pois próprio e tempestivo;
- b) Seja reconsiderada a decisão do ilustríssimo pregoeiro para sanear o certame e descredenciar/inabilitar as empresas VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA e RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA;
- c) Caso o pregoeiro não reconsidere sua decisão, seja encaminhado o presente recurso para a autoridade competente; e
- d) Seja conhecido e provido o presente recurso pela autoridade competente para modificar a decisão do pregoeiro a fim de descredenciar/inabilitar as licitantes VAF ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA e RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA, pelos fundamentos de fato e direito alegados no presente processo licitatório, em observância às exigências do edital e da legislação pertinente.

Nestes termos pede e aguarda deferimento.

De Uberlândia-MG para Monte Carmelo/MG, 18 de agosto de 2021.



Rosiris Paula Cerizze Vogas
OAB/MG 96.702
rosiris.cerizze@certaconsultoria.com